



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 302-35.344

Processo N° : 10845.002532/99-34  
Recurso N° : 124.274  
Embargante : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL  
Embargada : Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Erro evidente de grafia. Retificação necessária.  
EMBARGOS ACOLHIDOS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração  
interpostos por: PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL.

DECIDEM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho  
de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher os embargos de declaração  
opostos pelo Procurador da Fazenda Nacional para retificar o Acórdão nº 302-  
35.344, nos termos do voto do Relator.

Brasília-DF, em 10 de agosto de 2004

HENRIQUE PRADO MEGDA  
Presidente

LUIS ANTONIO FLORA  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: MARIA HELENA COTTA CARDOZO, PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR, WALBER JOSÉ DA SILVA, SIMONE CRISTINA BISSOTO, PAULO ROBERTO CUCCO ANTUNES e LUIZ MAIDANA RICARDI (Suplente). Ausente a Conselheira ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO. Esteve presente o Procurador da Fazenda Nacional PEDRO VALTER LEAL.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO N° 302-35.344

Processo n° : 10845.002532/99-34  
Recurso N° : 124.274  
Embargante : PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração, com pedido de re-ratificação do julgado, interposto pela Procuradoria da Fazenda Nacional em face de alegada obscuridade.

Nas razões de recurso a d. Procuradoria diz, em síntese, que o v. acórdão faz menção ao controle concentrado de constitucionalidade, quando o STF não se pronunciou nesse sentido no que se refere à contribuição sobre exportação de café. Assim, aventa a obscuridade.

É evidente que a Procuradoria está com a razão. Assim, acolho os embargos para, incluindo em pauta de julgamento, retificar o julgado nos termos necessários para sanar a obscuridade apontada.

É o relatório.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
SEGUNDA CÂMARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 302-35.344

Processo nº : 10845.002532/99-34  
Recurso Nº : 124.274

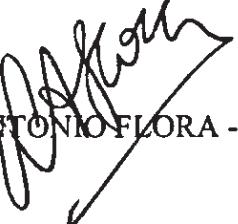
VOTO

A fundamentação jurídica apresentada em sede de embargos relativa ao controle de inconstitucionalidade está correta.

No entanto, verifica-se que no acórdão recorrido está dito que o fundamento do pedido de restituição decorre de uma decisão do STF proferida em sede de recurso extraordinário, datada de 31/10/97. Trata-se, sem dúvida alguma, de uma decisão havida no âmbito do controle difuso de constitucionalidade. Destarte, verifica-se que no acórdão recorrido houve evidente erro de grafia.

Nessas condições, acolho os embargos para retificar o julgado para, onde se lê: "...controle concentrado da inconstitucionalidade" (fls. 521 e 523); leia-se: "...controle difuso de inconstitucionalidade".

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2004

  
LUIS ANTONIO FLORA - Relator